

A categoria tempo: uma integração entre abordagens semânticas e sintáticas

*The category of tense: an integration between
semantica and syntactic approaches*

Gisely Gonçalves de Castro¹

Resumo: Este artigo promove uma discussão acerca da categoria Tempo. Seu objetivo é demonstrar, com base na abordagem gerativista de Zagona (2013), que é possível proceder a uma análise da categoria em causa a partir da integração entre abordagens semânticas e sintáticas. Os procedimentos realizados para alcançar tal objetivo consistiu na revisão da literatura pertinente à categoria, desde Reichenbach (1947) até Zagona (2013), obra em que se verifica um esforço mais recente para o tratamento integrado da categoria Tempo. Trata-se, portanto, de um trabalho de natureza teórica e de caráter metodológico bibliográfico. Com este trabalho, espera-se avançar em direção à um tratamento mais articulado da categoria.

Palavras-chave: Tempo; Abordagens Semânticas; Abordagens Sintáticas; Integração.

Abstract: *This article promotes a discussion about the category of Tense. The objective is to demonstrate, based on the generative approach of Zagona (2013), that it is possible to proceed to an analysis of Tense from the integration between semantic and syntactic approaches. To achieve this objective, we reviewed the relevant literature, from Reichenbach (1947) to Zagona (2013), a work in which there is a greater effort for the integrated treatment of Tense category.*

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

So, this work presents a theoretical nature and a bibliographic methodological character. With this work, we hope to advance towards a more articulate treatment of the category.

Keywords: *Time; Semantic Approaches; Syntactic Approaches; Integration.*

Introdução

A categoria Tempo ganhou mais destaque na linguística a partir do momento em que a sintaxe gerativa elegeu o sistema flexional como o componente central da sentença. Todavia, mesmo antes do impulso gerativista, a categoria já despertava o interesse de lógicos e filósofos. Com efeito, durante décadas, a proposta padrão de Tempo foi a de Reichenbach (1947), em que um marcador temporal faz referência a um intervalo de tempo. Como será possível constatar nas próximas seções, tal proposta foi retomada por diversos autores, os quais a rejeitaram ou a reformularam.

Tempo constitui uma categoria gramatical associada à interpretação temporal das sentenças e, por isso mesmo, mantém relação estreita com as categorias Aspecto e Modo. Morfologicamente, é possível que essas categorias formem agrupamentos, podendo ser marcadas através de um único morfema, como a desinência Tempo-Aspecto-Modo (TAM) *-va-*, que marca Tempo pretérito, Aspecto imperfectivo e Modo indicativo. Sintaticamente, contudo, os núcleos funcionais que compõem essas categorias são dispostos em camadas ao longo da estrutura das sentenças.

De acordo com Zagona (2013), TAM são categorias que especificam proposições em relação a um contexto de avaliação. Se, para o tempo e o aspecto, esse contexto de avaliação é temporal; para o modo, ele é uma fonte de julgamento externa. Nessa perspectiva, o Tempo normalmente especifica uma relação temporal entre um intervalo de tempo do sintagma verbal (SV) e um tempo externo de avaliação, que pode ser o tempo da fala ou um antecedente fornecido em outra sentença; o Aspecto situa um evento relativo a um quadro temporal e identifica, por exemplo, se os limites do evento estão incluídos nesse quadro; o Modo sinaliza a avaliação de uma proposição em relação a um julgamento externo.

Para os propósitos deste artigo, focaliza-se a categoria Tempo. O objetivo do trabalho foi demonstrar, com base na abordagem gerativista de Zagona

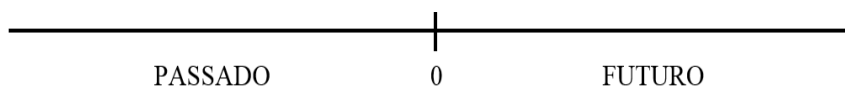
(2013), que é possível proceder a uma análise da categoria em causa a partir de uma integração entre perspectivas semânticas e sintáticas. Para alcançar tal objetivo, procedeu-se a uma revisão da literatura pertinente à categoria, desde Reichenbach (1947) até Zagona (2013), obra em que se verifica um dos esforços mais recentes para o tratamento integrado de Tempo. O trabalho apresenta, portanto, natureza teórica e caráter metodológico bibliográfico.

Quanto à estrutura, este texto se divide em quatro seções principais, sendo a primeira dedicada à conceituação de Tempo, a segunda às abordagens semânticas de Tempo, a terceira às abordagens sintáticas de Tempo e a quarta à integração entre as abordagens semânticas e sintáticas. Após essas quatro seções, são realizadas algumas considerações finais.

Localização temporal: o tempo como uma categoria dêitica

Em Comrie (1985), encontramos uma representação esquemática do tempo como uma linha reta, na qual, a partir de um ponto de referência, definem-se o passado, o presente e o futuro. Tal configuração é apresentada na figura 1, em que o ponto de referência, isto é, o ponto 0, é entendido como o momento da fala:

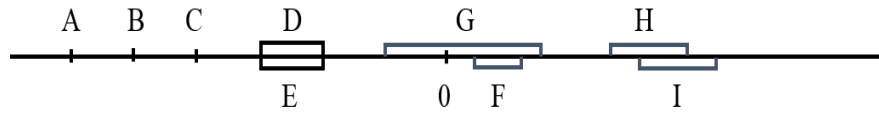
Figura 1 – Representação do Tempo como uma linha reta



Fonte: Comrie (1985. p. 2)

De acordo com a figura 1, se uma situação está localizada à esquerda do ponto 0, diz-se que ela está no passado. Por outro lado, diz-se que uma situação está no futuro quando ela se localiza à direita do ponto 0. Quando não se trata de nenhuma dessas possibilidades e a situação coincide com o ponto 0, diz-se, então, que ela está no presente. Na figura 2, A, B, C, D e E ilustram a primeira possibilidade, enquanto F, H e I representam a segunda e G exemplifica a terceira.

Figura 2 – Representação de situações na linha do tempo



Fonte: Comrie (1985, p. 6)

Quando a localização de situações no tempo se dá com a especificação do momento da fala, entende-se que os tempos são absolutos, embora o termo absoluto seja apenas uma convenção terminológica, já que, conforme observou Comrie (1985), os falantes referem-se sempre a situações relativas a algum outro momento no tempo, seja ele o momento da fala ou outro qualquer. Quando não há esse tipo de especificação, estando as situações relativas umas às outras, diz-se que os tempos são relativos.

A forma como as situações localizam-se no tempo, isto é, necessariamente em relação a um marco referencial, atribui à categoria as propriedades de um sistema dêitico, ou seja, “um sistema que relaciona entidades a um ponto de referência” (COMRIE, 1985, p. 14). Como muitos estudiosos têm observado, entre eles Lyons (1968), a característica essencial da categoria tempo não é o contraste tradicionalmente estabelecido entre passado, presente e futuro, mas a sua natureza dêitica, que se revela por relacionar o tempo da situação referida pela sentença ao momento da enunciação.

O caráter dêitico da categoria tempo é frequentemente recuperado ante a necessidade de diferenciá-la da categoria relacionada aspecto. Nessa perspectiva, enquanto o tempo é uma categoria verbal dêitica que se refere à gramaticalização da localização no tempo, o aspecto, ao por outro lado, é uma categoria não dêitica que diz respeito à gramaticalização da expressão da constituição temporal interna de uma situação (COMRIE 1985).

Ao que parece, todas as línguas localizam situações no tempo. No entanto, a forma como isso é feito pode variar substancialmente de uma língua para outra. Conforme Comrie (1985, p. 7), as línguas podem diferir não só quanto

ao “grau de precisão da localização temporal” que são capazes de alcançar, mas também quanto ao “modo como as situações são localizadas no tempo”, isto é, quanto ao peso atribuído ao léxico e à gramática para que se possa estabelecer a localização temporal. Nesse caso, o conjunto dos recursos lexicais, composto por advérbios ou expressões adverbiais como *no ano passado*, *na semana passada*, *ontem*, dentre tantas outras possibilidades, incorpora um grande número de itens e pode atingir um alto grau de precisão. Por outro lado, os recursos gramaticais formam um conjunto mais restrito e não são capazes de mensurar intervalos de tempo tão curtos como fazem os recursos lexicais. O conjunto dos recursos gramaticais compreende elementos como os morfemas verbais e os auxiliares.

Tendo conceituado Tempo como uma categoria dêitica, são apresentadas, na próxima seção, as considerações acerca das abordagens semântica de tempo, com ênfase em Reichenbach (1947), Comrie (1985) e Enç (1987).

Abordagens semânticas de tempo: Reichenbach (1947), Comrie (1985) e Enç (1987)

Dentre as abordagens mais influentes para o estudo de Tempo encontram-se aquelas que retomaram, mesmo quando essa retomada envolve significativas reformulações, o sistema de Reichenbach (1947). Nessa perspectiva, inicia-se o tratamento as abordagens semânticas de tempo a partir do sistema reichenbachiano, passando-se, em seguida, às propostas de Comrie (1985) e Enç (1987).

Reichenbach

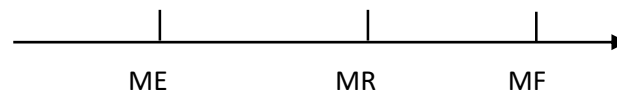
Reichenbach (1947) desenvolveu um sistema de descrição dos tempos verbais em que o conteúdo semântico inerente a cada tempo envolve a especificação de três coordenadas temporais: o tempo da fala (momento de realização da enunciação - MF), o tempo do evento (momento de ocorrência da situação descrita - ME) e o tempo de referência (momento a partir do qual se definem anterioridade, simultaneidade e posterioridade - MR). O modo como

esses elementos estão relacionados pode ser ilustrado em (1), com o auxílio do pretérito mais-que-perfeito composto:

- (1) Arno Penzias e Robert Wilson já **tinham descoberto** a radiação cósmica de fundo quando Bob Dicke e Jim Peebles iniciaram os experimentos para detectá-la.

Na proposta de Reichenbach (1947), o tempo expresso pelo pretérito mais-que-perfeito composto *tinham descoberto* está relacionado não a um, mas a dois eventos. Um deles correspondente ao momento em que Dicke e Peebles iniciaram os experimentos para detectar a radiação de fundo, o momento de referência, e outro correspondente ao momento em que Penzias e Wilson a descobriram, o momento do evento. Desse modo, o que Reichenbach (1947) defende é que um tempo como o pretérito mais-que-perfeito composto envolve referência a três momentos diferentes, localizados em uma ordem específica na linha do tempo. Isso é o que mostra a figura 3.

Figura 3 – Representação do pretérito-mais-que-perfeito composto conforme o sistema de Reichenbach



Fonte: Adaptada de Reichenbach (1947, p. 72)

Na figura 3, ME, MR e MF significam, respectivamente, o momento do evento, o momento de referência e o momento da fala. Assim, uma análise de (1) a partir da representação dada na figura 3 pode ser feita da seguinte forma: a descoberta da radiação (ME) é anterior ao início dos experimentos (MR) que, por sua vez, é anterior ao momento em que (4) é enunciado (MF).

Na semântica temporal de Reichenbach, o pretérito mais-que-perfeito não foi o único tempo a incorporar o MR. Pelo contrário, sua proposta foi a de que todos os tempos envolvem igualmente um arranjo entre ME, MR e MF. Nesse caso, o momento de referência poderia estar no passado, no presente ou no

futuro em relação ao momento da fala, e o momento do evento poderia ser anterior, simultâneo ou posterior ao momento de referência. Essas possibilidades encontram-se formalmente explicitadas no quadro 1, em que a precedência temporal é expressa por um traço e a simultaneidade entre os tempos pela vírgula.

Quadro 1 – Sistema temporal de Reichenbach

Estrutura	Tempos verbais	Denominação Tradicional
ME – MR – MF	Passado anterior	Past perfect
ME, MR – MF	Passado simples	Simple past
MR – ME – MF MR – MF, ME MR – MF – ME	Passado posterior	-----
ME – MF, MR	Presente anterior	Present perfect
MF, MR, ME	Presente simples	Present
MF, MR – ME	Presente posterior	Simple future
MF – ME – MR MF, ME – MR ME – MF – MR	Futuro anterior	Future perfect
MF – MR, ME	Futuro simples	Simple future
MF – MR – ME	Futuro posterior	-----

Fonte: Adaptado de Reichenbach (1947, p. 77)

A inclusão de MR como integrante da semântica de todos os tempos verbais rendeu diversas críticas ao sistema de Reichenbach. Comrie (1985), por exemplo, argumentou que os tempos simples apenas localizam situações como anteriores, simultâneas ou posteriores ao momento da fala, o que dispensaria um momento de referência. Nessa perspectiva, embora a inserção de MR tenha conferido uniformidade ao sistema, isso teria tornado a descrição dos tempos simples mais complicada do que o necessário.

Comrie (1985) também rejeitou a análise de Reichenbach de que a distinção entre os tempos decorre unicamente da localização temporal obtida a partir da combinação entre ME, MF e MR. Para o português, por exemplo, o sistema de Reichenbach (1947), conforme adaptado por Corôa (2005), prevê que o pretérito imperfeito (ME, MR – MF) envolve um ponto de referência no passado, enquanto o pretérito perfeito (ME – MF, MR) envolve um ponto de referência no presente. Comrie (1985), por outro lado, defendeu que, em termos de localização no tempo, o perfeito não se distingue do imperfeito, já que ambos localizam uma situação como anterior ao momento da fala, sendo a distinção entre eles de natureza aspectual.

Outro ponto considerado problemático no sistema de Reichenbach (1947) consiste na atribuição de valores para os tempos como um todo, e não para os morfemas temporais separadamente, o que impossibilita a construção de uma semântica composicional para as construções complexas. Consequência disso é que seu sistema não pode estabelecer relações entre a estrutura morfossintática dos tempos e sua semântica. Uma crítica a esse respeito é apresentada por Verkuyl (2012), entre outros.

Comrie

Apoiado em uma sólida base empírica, Comrie (1985) procurou desenvolver seu sistema temporal tendo em vista as semelhanças entre as línguas e as particularidades que elas apresentam no que diz respeito à expressão de tempo. Em seu sistema, o conteúdo semântico de cada tempo envolve um predicado de ordenação temporal (*after*, *before* ou *simul*²) combinado a dois argumentos, sendo que um deles é sempre ME, e o outro pode ser MF ou MR. Nesse caso, o que define se os argumentos serão ME e MF ou ME e MR é a distinção entre tempos absolutos e tempos relativos, já que MF sempre funciona como argumento de um tempo absoluto e MR sempre funciona como argumento de um tempo relativo.

Nessa perspectiva, tudo que é necessário para se estabelecer a representação formal dos tempos verbais segundo a proposta de Comrie (1985)

2 Do inglês: simul, simultâneo a; before, antes de; e after, depois de.

é definir dois pontos temporais (ME e MF ou ME e MR) e determinar as relações temporais que nos permitem conectá-los (*before*, *after* e *simul*). Esse procedimento é realizado nos quadros seguintes.

Quadro 2 – Representação dos tempos absolutos

Tempos absolutos	Representação
Presente	ME simul MF
Passado	ME before MF
Futuro	ME after MF

Fonte: Comrie (1985, p. 123)

O presente absoluto é entendido como o tempo em que ME e MF coincidem. Embora essa definição possa autorizar a interpretação de que a relação entre ME e MF é sempre simétrica, no sentido de que (ME *simul* MF) é equivalente a (MF *simul* ME), Comrie (1985, p. 38), afirma que sua definição apenas prevê que uma situação deve ser simultânea ao momento da fala, o que não impede que essa situação compreenda um período de tempo mais longo que o momento da fala, estendendo-se para o passado ou para o futuro.

De modo semelhante, o passado, no entendimento de Comrie (1985, p. 41), simplesmente localiza ME antes de MF e não diz nada além disso. Para o autor, não importa, portanto, se a situação passada ocupa apenas um ponto ou um período de tempo antes do momento da fala, ou mesmo se ela continua até o momento da fala, basta que ME seja anterior a MF para que se configure o passado absoluto.

As mesmas considerações acerca do presente e do passado podem ser feitas para o futuro³, tempo que localiza ME depois de MF. Para Comrie (1985, p. 43) qualquer outra dedução que não esteja relacionada à localização temporal posterior ao momento da fala é uma implicatura e, como tal, não faz parte do significado básico do tempo futuro.

³ Embora argumente a favor da necessidade do conceito de tempo futuro, Comrie (1985) reconhece que a controvérsia que gira em torno da identificação do futuro como tempo ou modo ainda permanece.

Quanto aos tempos relativos, tem-se basicamente a mesma representação dos tempos absolutos. A única diferença é que os pontos temporais relacionados pelos predicadores são agora ME e MR, conforme mostra o quadro 3.

Quadro 3 – Representação dos tempos relativos

Tempos absolutos	Representação
Presente relativo	ME simul MR
Passado relativo	ME before MR
Futuro relativo	ME after MR

Fonte: Comrie (1985, p. 124, 125)

A combinação entre localização temporal absoluta de um ponto de referência e a localização temporal relativa de uma situação dá origem ao que Comrie (1985, p. 65) denominou tempo absoluto-relativo. Para o teórico, os tempos absoluto-relativos envolvem a determinação de um ponto de referência em relação ao momento da fala e a localização de uma situação no tempo em relação a esse ponto de referência. Em português, o pretérito mais-que-perfeito do indicativo, que combina a localização temporal absoluta do MR (isto é, o MR em relação ao MF) e a localização temporal relativa do ME (ou seja, o ME em relação ao MR), seria, conforme a proposta de Comrie (1985), um tempo absoluto-relativo. Na formalização dos tempos absoluto-relativos, R conecta dois predicados, desempenhando a função de objeto do primeiro e de sujeito do segundo, como mostra o quadro 4.

Quadro 4 – Representação dos tempos absoluto-relativos

Tempos absoluto-relativos	Representação
Pluperfect	ME before MR before MF
Future perfect	ME before MR after MF

Fonte: Comrie (1985, p. 127)

Para Stowell (2012), a caracterização dos tempos absoluto-relativos, tal como disposta no quadro 4, tem o estranho efeito de inverter a relação hierárquica existente entre seus tempos componentes na interface sintaxe-semântica. Utilizando o *future perfect* (*will have V-en*) como exemplo, em que o futuro modal *will* é hierarquicamente superior ao auxiliar *have* e ao *past participle*, Stowell (2012, p. 123) alega que, da forma como Comrie (1985) o representa (ME *before* MR *after* MF), o perfeito (ME *before* MR) ocupa uma posição hierarquicamente superior ao futuro (MR *after* MF). Para que haja coincidência com a sintaxe, Stowell (2012) propõe que a relação hierárquica entre os predicados na semântica do *future perfect* seja invertida, o que resultaria em (MF *before* MR *after* ME).

Stowell (2012, p. 123) também observa que o sistema de Comrie (1985) não é capaz de derivar a semântica dos tempos absoluto-relativos a partir da combinação da semântica dos tempos elementares que os formam. Por exemplo, morfologicamente, a definição do *future perfect* como (ME *before* MR *after* MF) sugere uma combinação do futuro absoluto com o perfeito. No entanto, a configuração (ME *before* MR *after* MF) não pode ser derivada simplesmente a partir da combinação entre o futuro absoluto (ME *after* MF) e o perfeito (ME *before* MR). Dessa forma, Stowell (2012) argumenta que a representação dos tempos complexos não deveria ser feita a partir de uma fórmula integrada (ME *before* MR *after* MF), mas a partir de uma estruturação bi-clausal (ME *after* MF) e (ME *before* MR).

Enç

Algumas abordagens temporais semânticas conhecidas como abordagens referenciais propõem que os tempos funcionam semanticamente como pronomes temporais. Essa ideia foi desenvolvida inicialmente por Partee (1973), segundo a qual o tempo passado em inglês apresenta semelhança com os pronomes definidos em sua função dêitica, o que pode ser ilustrado com seu exemplo clássico:

(2) Eu não desliguei o fogão.

Conforme Partee (1973), (2) envolve referência dêitica a um intervalo de tempo durante o qual o fogão não foi desligado, e não um operador de tempo tendo escopo acima ou abaixo da negação. *Eu não desliguei o fogão* não significa que não há um tempo no passado em que *eu desliguei o fogão*, mas que há algum tempo contextualmente saliente, um ponto de referência temporal, como antes de eu sair de casa, em que *eu não desliguei o fogão*. Assim, os tempos são como pronomes pessoais, cuja referência é contextual.

Enç (1981), entre outros, retomou a ideia de Partee (1973), chamando a atenção para outros aspectos da semântica temporal que apresentam correlatos com o comportamento semântico dos pronomes. Para dar continuidade a essa discussão, é oportuna uma análise dos exemplos (3) e (4), ambos extraídos de Enç (1987).

(3) Mary descobriu que o John falhou no teste.

(4) John ouviu que a Maria estava grávida.

Em (3), o tempo da cláusula principal tem interpretação absoluta: o evento de descobrir é anterior ao momento da fala. Já o passado da cláusula complemento possui interpretação relativa: o evento de falhar é anterior ao evento de descobrir. Assim, o tempo passado da cláusula complemento não se liga ao momento da enunciação, mas ao tempo da cláusula principal. Todavia, quando o verbo da cláusula complemento denota uma situação estática, como em (4), surge uma interpretação diferente. Em (4), é natural interpretar o intervalo de tempo associado à gravidez de Mary como sendo simultâneo ao momento em que John ouviu sobre sua gravidez, o que a autora chama de *interpretação simultânea*.

Ao argumentar contra a explicação para a interpretação simultânea fornecida pela proposta que ficou conhecida como *Sequência de Tempo*, segundo a qual o tempo na cláusula do complemento teria se originado como um tempo presente, transformando-se em um tempo passado em virtude do tempo da cláusula principal, Enç (1987) propôs uma explicação alternativa, de modo que o tempo passado pudesse significar sempre passado. Assim, retomando alguns aspectos da Teoria da Ligação, Enç (1987) sugeriu que o tempo passado sempre se refere a um tempo de evento E que precede uma

outra variável de tempo. Em uma cláusula principal, essa variável de tempo sempre se refere a F. Já em uma cláusula complementar, ela refere-se ao tempo do evento da cláusula principal (E1). Assim, a interpretação simultânea em (4) surge porque o tempo da cláusula principal e o tempo da cláusula complemento são correferenciais, isto é, quando eles portam o mesmo índice, o que não acontece em (3).

Em resumo, para explicar as relações de ordenação entre os tempos, as teorias referenciais, como a de Enç (1987), buscam incorporar restrições sobre a referência dos tempos aos predicados da ordenação temporal. Por exemplo, assim como o pronome *ela* incorpora uma restrição, no sentido de que deve se referir a um indivíduo do sexo feminino, o passado também incorpora uma restrição, no sentido de que deve se referir a um tempo localizado no passado em relação a uma variável de tempo. Na proposta de Enç (1987), são as *condições de ancoragem temporal* que determinam a referência da variável temporal. Outro ponto acerca das abordagens referenciais é que nelas os tempos devem ter representação gramatical na estrutura da sentença, o que conduz ao problema dos traços necessários para a referência temporal e da codificação morfossintática desses traços. Nesse caso, Enç (1987) propõe que as condições de ancoragem associam os tempos a categorias funcionais específicas na estrutura das sentenças. Assim, as interpretações temporais são baseadas na relação entre dois tempos: o momento do evento ME e uma âncora temporal cuja interpretação *default* é o momento da fala MF. As condições de ancoragem representam ME e MF como índices referenciais em Flexão (F) e Complementizador (C), respectivamente:

(5) a. Um corpo celeste **colidiu** com a Terra.

[_{SC} C_i [_{SF} SD [_F [_F PAS_i] SV]]]⁴

b. Uma nuvem de poeira **está** em rota de colisão com a via Láctea.

[_{SC} C_i [_{SF} SD [_F [_F PRES_i] SV]]]⁵

⁴ As siglas são interpretadas da seguinte forma: C → Complementizador; F → Flexão; PAS → Passado; SC → Sintagma complementizador; SD → Sintagma determinante; SV → Sintagma verbal.

⁵ A sigla PRES é interpretada como Presente.

Em (5), o índice em F é o momento do evento, e o índice em C é o momento da âncora. As condições de ancoragem especificam a natureza da âncora: nas cláusulas principais, a âncora é o MF, momento em relação ao qual [PAS] e [PRES] são interpretados.

As propostas de Reichenbach (1947), Comrie (1985) e Enç (1987) constituem três das principais abordagens semânticas de tempo que tiveram repercussão nas análises sintáticas, conforme será discutido na próxima seção.

Abordagens sintáticas de tempo: do constituinte Auxiliar (Aux) à valoração de traços

As abordagens temporais sintáticas sobre as quais discorreremos nesta seção foram desenvolvidas no quadro da Teoria Gerativa e remontam ao próprio surgimento do gerativismo com Chomsky (1985 [1957], 1965). As reformulações à proposta inaugural decorreram das transformações sofridas pela teoria nas últimas décadas. A periodização da Teoria Gerativa (Teoria Transformacional Inicial, Teoria Padrão, Teoria Padrão Estendida, Teoria da Regência e Ligação e Programa Minimalista) é um indicativo do desenvolvimento contínuo da teoria e, conseqüentemente, das análises de tempo.

No curso de seu desenvolvimento, a pesquisa em sintaxe gerativa focalizou a descrição da codificação morfossintática dos traços relacionados ao significado temporal, bem como a explicação das propriedades dos tempos verbais que ocorrem nas línguas naturais. Nesta seção, discutimos questões relativas às análises de tempo no quadro da Teoria Gerativa, desde as primeiras propostas.

O percurso das análises sintáticas de tempo

Inicialmente, em Chomsky (1985 [1957], 1965), a informação temporal era descrita por meio de uma regra de estrutura sintagmática, o constituinte Auxiliar (*Aux*), e de uma transformação obrigatória, o *Affix Hopping*. O conjunto de regras que desenvolve o constituinte *Aux* é apresentado em (6).

(6) *Constituinte Aux*a. $S \rightarrow SN - Aux - SV$ b. $Aux \rightarrow Tempo - (Modo) - (have + -en) - (be + -ing)$ c. $Tempo \rightarrow passado\ ou\ presente$ d. $SV \rightarrow V - (SN) - (Sintagma-Prep) (Sintagma-Prep) (Modo)$ (CHOMSKY (1985 [1957], p. 39)⁶

Na formulação expressa em (6), os verbos principais foram atribuídos à categoria SV, enquanto os auxiliares e os morfemas temporais, à categoria *Aux*. O Tempo, em (6b), portava o *status* de categoria morfossintática obrigatória de *Aux*, em oposição às demais categorias, que, como indicam os parênteses, eram opcionais. Ainda em relação ao Tempo, ele deveria conter um dos dois afixos temporais fornecidos pela regra (6c): passado ou presente.

De um modo geral, o conjunto de regras descrito em (6) pôde fornecer explicações para, pelo menos, duas questões importantes relacionadas às informações temporais de uma sentença: a primeira diz respeito ao fato de que toda sentença finita possui um afixo temporal (6c), e a segunda está relacionada ao fato de que certos processos sintáticos, como o movimento, tratam a sequência *verbo + complemento* como um único constituinte, o SV (6d). Especialmente no que concerne à primeira questão, a inovação que a Teoria Gerativa inicial forneceu foi o tratamento dos afixos temporais como itens autônomos no que diz respeito à sintaxe, o que permitiu que eles participassem de operações sintáticas de modo independente.

Como as regras de estrutura sintagmática não definiam a ordem em que os morfemas apareciam na superfície da sentença, em vez disso, determinavam representações estruturais profundas, que deveriam ser convertidas em uma estrutura de superfície por meio de regras transformacionais, a colocação real do afixo temporal em uma raiz verbal foi explicada pela Transformação *Affix Hopping*, que retomamos em (7).

⁶ As siglas S e SN são interpretadas respectivamente como Sentença e Sintagma nominal.

(7) *Transformação Affix Hopping*

Análise estrutural: $X - \text{Afixo} - \text{Verbo} - Y$

Mudança estrutural: $X_1 - X_2 - X_3 - X_4 \rightarrow X_1 - X_3 - X_2\# - X_4$

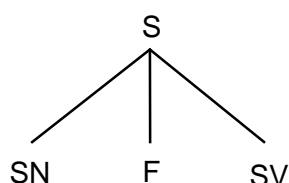
(CHOMSKY (1985 [1957], p. 39)

A transformação *Affix Hopping* tinha o efeito de posicionar os afixos de tempo e concordância em relação às formas verbais na superfície da frase, deslocando esses afixos para o verbo imediatamente subsequente, fosse ele auxiliar ou principal. No caso de (7), o afixo, que se encontra antes do verbo ($X_2 - X_3$), é deslocado para depois do verbo com o qual se une ($X_3 - X_2$).

No início da década de 70, a transformação *Affix Hopping* começou a ser questionada. Nessa época, já havia o consenso de que a maioria das operações que envolviam movimento sintático deveriam ser ascendentes, isto é, deveriam deslocar um constituinte para uma posição sintática mais elevada. Como *Affix Hopping* envolvia o deslocamento de afixos para uma posição mais baixa, muitos sintaticistas começaram a buscar explicações alternativas. Embora as primeiras propostas tenham surgido com a Teoria X-barras e o tratamento dos traços distintivos, as que, de fato, avançaram em direção a uma solução mais apropriada para o problema decorreram de dois outros desenvolvimentos teóricos gerativistas: a categoria F e o movimento de V.

Na proposta inicial da Teoria X-barras, o constituinte S não era analisado como uma projeção de um núcleo, mas expandido a partir de uma regra sintagmática da seguinte forma: $S \rightarrow SN F SV$. Na forma de um diagrama arbóreo, a representação de S era feita conforme a figura 4.

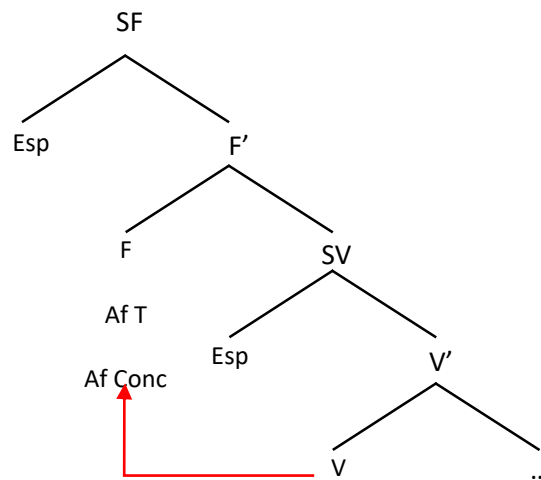
Figura 4 – Representação de S em um diagrama arbóreo



Fonte: elaborada com base nos modelos iniciais da Teoria Gerativa

Embora F tenha abolido a categoria *Aux*, a estrutura ternária de (4) revela que a flexão verbal ainda não era capaz de projetar a sentença. Com a extensão da teoria X-barra a todas as categorias, F passou a ser o núcleo da sentença e, nessa condição, tornou-se o lugar de pouso do verbo. Assim, para se completarem morfologicamente, os verbos deveriam se deslocar de V para o núcleo de F, como mostra a figura 5.

Figura 5 – Movimento de V

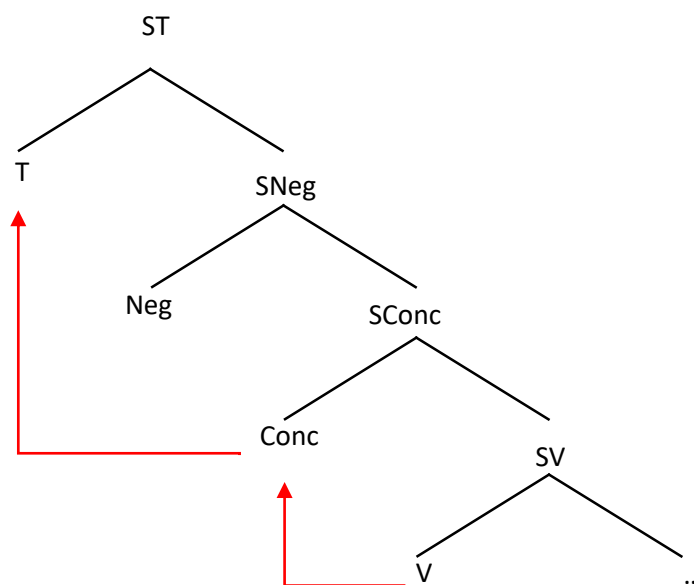


Fonte: Elaborada com base no esquema X-barra

Uma nova revisão à estrutura representada na figura 18 foi proposta em Pollock (1989). O que Pollock (1989) sugeriu foi que os traços de tempo e de concordância se originam de modo independente em Sintagma de Tempo (ST) e Sintagma de Concordância (SConc), respectivamente, e que a partícula de negação *não* (Negação -Neg), núcleo do Sintagma de negação (SNeg), intervém hierarquicamente entre ST e SConc.

Pollock (1989) utilizou a colocação das partículas de negação e dos advérbios relativamente aos verbos principais em sentenças finitas do francês para argumentar a favor da ideia de que o verbo primeiramente se move para Conc, onde se combina com traços de concordância, e então move-se outra vez para Tempo (T), onde se combina com traços de tempo, como mostra a figura 6.

Figura 6 – Movimento do verbo segundo Pollock



Fonte: Pollock (1989, p. 397)

Para Pollock (1989), a formulação representada em (8) explicaria o fato de o verbo finito em francês aparecer à esquerda da partícula negativa *pas*, como ocorre em (11):

(8) Jean (n') **aime** pas Marie (POLLOCK, 1989, p. 367).

Para explicar os verbos infinitivos, que aparecem à direita de *pas*, como é o caso de (9), Pollock (1989) sugeriu a ocorrência de movimento de V para Conc, mas não de Conc para T.

(9) Ne pas **être** heureux est une condition pour écrire des romans (POLLOCK, 1989, p. 367).

Quanto ao inglês, Pollock (1989) argumentou que os verbos não se movem de sua posição original. A motivação para essa proposta veio da comparação entre as sentenças apresentadas em (10) e (11), em que a diferença entre a ordem do verbo em relação ao advérbio foi entendida como consequência do movimento do verbo para T em francês e como prova da permanência do verbo em V para o inglês.

(10) Jean **embrasse** souvent Marie (POLLOCK, 1989, p. 367).

Ordem: verbo + advérbio

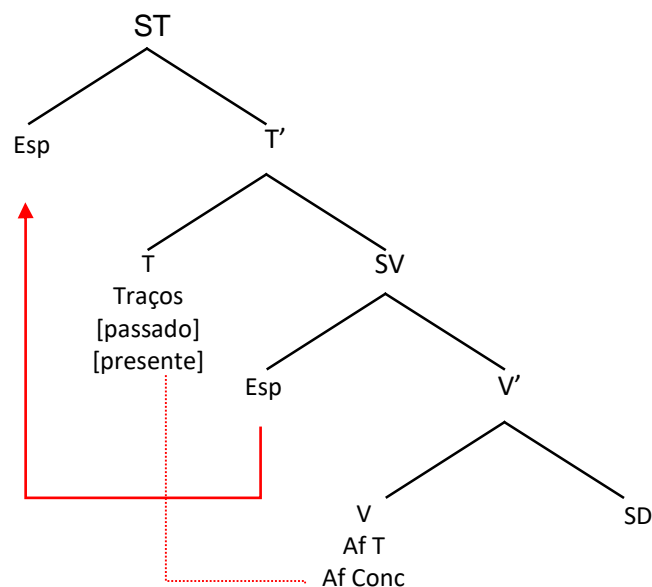
(11) John often **kisses** Mary (POLLOCK, 1989, p. 367).

Ordem: advérbio + verbo

Nessa perspectiva, os traços de tempo e concordância originados em T e Conc se deslocariam para V nas sentenças finitas em inglês. Assim como ocorreu em muitos outros momentos da Teoria Gerativa, a explicação que Pollock (1989) formulou para a afixação temporal no inglês envolveu, mais uma vez, movimento descendente à antiga maneira da regra *Affix Hopping*.

Somente outro desenvolvimento teórico posterior, qual seja, a valoração de traços, permitiu a completa eliminação dos movimentos descendentes. Nesse caso, as projeções funcionais, como T, são reinterpretadas como posições onde os traços sintáticos abstratos expressos pelos afixos flexionais são *valorados*. Assim, T concordaria com o verbo por meio da operação *Agree*⁷, valorando o afixo de tempo, processo que é exemplificado na figura 7.

Figura 7 – Valoração de traços



Fonte: Elaborada com base na proposta de valoração de traços

⁷ Concordância.

A diferença entre essa formulação e a da figura 6 é que, agora, os afixos de tempo e concordância e os seus traços associados originam-se sintaticamente nos verbos aos quais eles estão morfologicamente adjacentes, e não em T. Em outras palavras, em vez de terem que se mover para T para receber afixos (6), os verbos já se originam dentro de SV flexionados (7), valorando os traços de T.

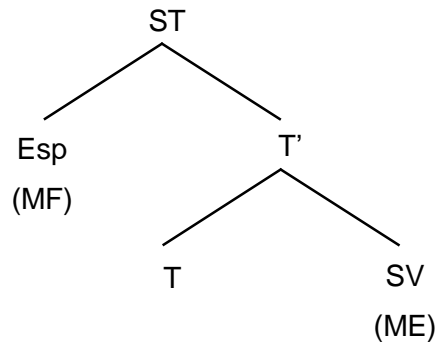
Como foi exposto até o momento, uma vez estabelecido que os morfemas flexionais são independentes dos verbos que os portam, diversas propostas foram desenvolvidas para explicar de que modo esses afixos se combinam com os verbos. Grande parte dessas propostas envolviam movimento descendente. Isto é, os afixos surgiam em algum constituinte hierarquicamente superior e, por meio da aplicação de regras, deslocavam-se para um verbo hierarquicamente inferior. Vários desenvolvimentos teóricos, desde a teoria X-barra, passando pela categoria pela divisão de F em T e Conc, pelo movimento de V, pela proposta de valoração de traços, dentre outros, contribuíram para a explicação consensual acerca do problema da flexão temporal de que os verbos entram em relação de concordância com T, de modo que seus traços sejam valorados.

A discussão acerca da integração entre as abordagens semânticas e sintáticas de tempo será realizada na próxima seção com as propostas de Zagona (1990, apud Stowell, 2012) e Zagona (2013).

Incorporação de aspectos semânticos na descrição dos tempos

O trabalho de Enç (1987) sobre a interpretação temporal estimulou a realização de descrições sintáticas que consideram a semântica dos tempos. Exemplo disso é Zagona (1990, apud Stowell, 2012), que desenvolveu uma proposta da estrutura sintagmática na qual é possível representar a estrutura argumental dos tempos. Sua proposta consiste na ideia de que os tempos são predicados que selecionam argumentos, os quais se referem a ME e MF. Mais especificamente, a autora assumiu que o argumento interno de T, o SV, refere-se a ME, e que o argumento externo de T refere-se a MF. O esquema a seguir ilustra essa proposta:

Figura 8 – Representação da estrutura argumental dos tempos



Fonte: Zagona (1990 apud STOWELL, 2012)

Na representação dada em 8, a diferença de significado entre presente e passado é explicada a partir da relação entre os dois argumentos de tempo, conforme a Teoria da Ligação. A ideia é que o tempo presente seleciona um complemento SV que se comporta como uma anáfora e, portanto, deve ser ligado ao especificador de ST, enquanto o passado seleciona um complemento SV que se comporta como uma expressão-R e, assim, não deve ser ligado ao especificador de ST. Consequentemente, MF e ME referem-se ao mesmo tempo no presente e a tempos distintos no passado.

Em trabalho mais recente, Zagona (2013) analisa de que modo a proposta das condições de ancoragem de Enç (1987) pode ser capturada a partir dos pressupostos atuais da Teoria Gerativa. Partindo de uma abordagem cartográfica para o estudo das estruturas sintáticas, que propõe a existência de categorias funcionais na periferia esquerda da cláusula além do SC, Zagona (2013) trabalha com três categorias sintáticas para a análise temporal das sentenças. São elas: sintagma de tempo (ST), sintagma finito (SFin) e sintagma de força (SFor):

(12) [SFor For [SFin Fin [ST T vP]]]

Uma vez que, numa perspectiva minimalista, não se usam índices como um dispositivo formal para identificar referência, as relações antes expressas em termos de coindexações são reformuladas a partir de relações entre traços realizadas através da operação *Agree*, que executa a valoração e a exclusão de

traços não interpretáveis. A valoração dos traços não interpretáveis determinaria a forma como esses traços são produzidos, mas não o significado temporal. Por exemplo, a flexão de passado no verbo *colidiu* seria um traço temporal não interpretável em *v*, valorado por Tempo como passado. O significado de passado, se estiver presente na sentença, não é atribuível à morfologia verbal, mas a traços interpretáveis de tempo e modo em outras partes da sentença, como *Fin* e *For*.

Considerações finais

Este artigo apresentou uma discussão acerca da categoria Tempo. Mais especificamente, realizou um percurso que culminou com uma proposta de integração entre abordagens semânticas e sintáticas de tempo. Para tal, procedeu-se inicialmente à conceituação de Tempo como uma categoria dêitica. Em seguida, discorreu-se sobre as abordagens semânticas, com destaque para Reichenbach (1947), Comrie (1985) e Enç (1987). Na sequência, fez-se uma exposição acerca das abordagens sintáticas de tempo, com destaque para os desenvolvimentos da sintaxe gerativa. Por fim, apresentou-se a proposta de integração das abordagens em causa empreendida por Zagona (2013).

Dessa forma, espera-se que tenha sido possível demonstrar, por meio da proposta de Zagona (2013), a possibilidade de fornecer à categoria Tempo uma descrição mais consistente, que integre aspectos semânticos e sintáticos. Finalmente, é preciso ressaltar a necessidade de um estudo mais detalhado acerca da integração entre as abordagens semânticas e sintáticas de Tempo, de modo que seja possível se alcançar um conhecimento mais amplo acerca da categoria em análise.

Referências

- CASTILHO, A. T. Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa. *Alfa*, v. 12, 1967.
- CHOMSKY, N. **Syntactic Structures**. The Hague: Mouton, 1985 [1957].
- COMRIE, B. **Tense**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

CORÔA, M. L. M. S. **O tempo nos verbos do português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ENÇ, M. Anchoring conditions for tense. **Linguistic Inquiry**, v. 18, n. 4, p. 633–657, 1987.

POLLOCK, J. Verb movement, universal grammar, and the structure of IP. **Linguistic Inquiry**, v. 20, n. 3, p. 365-424, 1989.

STOWELL, T. Syntax. In: BINNICK, R. I. **The Oxford handbook of tense and aspect**. New York: Oxford University Press, 2012. p. 184-211.

TRAVAGLIA, L. C. **O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão**. 2ª. ed. Uberlândia: EDUFU, 2014 [1985].

VERKUYL, H. J. Compositionality. In: BINNICK, R. I. **The Oxford handbook of tense and aspect**. New York: Oxford University Press, 2012. p. 563-585.

ZAGONA, K. Tense, aspect, and modality. In: DIKKEN, M. **The Cambridge Handbook of Generative Syntax**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 746-792.

Recebido em: 15-11-2019

Aprovado em: 25-03-2020